

## MERCADO DE TRABALHO

# Desempenho recente do mercado de trabalho

### Sumário

Os indicadores mais recentes confirmam a resiliência do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por uma forte expansão da população ocupada, que conjugada ao baixo dinamismo da taxa de participação vem possibilitando sucessivas quedas da taxa de desocupação. Os ganhos reais de rendimento, a redução da subocupação e do desalento e a queda consistente do desemprego de longa duração compõem um quadro de resiliência, mesmo diante de um ambiente macroeconômico marcado por juros elevados e atividade econômica em leve desaceleração.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último trimestre móvel, encerrado em julho, a taxa de desocupação no país ficou em 5,6%, atingindo o menor patamar da série histórica dessazonalizada. Esse desempenho decorre, em grande parte, da expansão da população ocupada, cujo montante de 102,4 milhões de pessoas representa uma alta de 2,4% em relação ao registrado no mesmo período de 2024. Deve-se destacar ainda que boa parte deste crescimento da ocupação vem ocorrendo no setor formal da economia. Com efeito, o contingente de trabalhadores com algum tipo de vínculo formal avançou 3,7% em doze meses, superando a expansão de 1,3% da ocupação informal. Assim como a PNAD Contínua, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) também indicam maior dinamismo do emprego com carteira assinada. Segundo o levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos doze meses, até julho, a economia brasileira gerou 1,52 milhão de novos postos de trabalho no setor privado. Em termos setoriais, observa-se que grande parte da ocupação vem ocorrendo nos setores de serviços, tanto prestados às empresas quanto às famílias. Em contrapartida, os dados mais recentes mostram alguma perda de dinamismo no ritmo de geração de empregos na indústria de transformação e na construção civil.

Em que pese o bom comportamento da ocupação, o desempenho mais modesto da força de trabalho vem mantendo a taxa de participação em níveis estruturalmente mais baixos, contribuindo, de forma adicional, para a queda desocupação. No último trimestre móvel, a força de trabalho era composta por 108,6 milhões de pessoas, ou seja, uma expansão de apenas 1,1% em termos anuais. Desta forma, a taxa de participação do mercado de trabalho brasileiro ficou em 62,3%. Em uma perspectiva mais ampla, de janeiro de 2023 a julho de 2025, a taxa de participação média no país foi de 62,1%, abaixo, portanto, daquela observada nos dois últimos anos anteriores à pandemia (63,4%).

#### **Maria Andreia Parente Lameiras**

Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

#### **Carlos Henrique Leite Corseuil**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

carlos.corseuil@ipea.gov.br

#### **Leo Veríssimo Fernandes**

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea

leo.fernandes@ipea.gov.br

#### **Júlia Freitas de Lima**

Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea

julia.lima@ipea.gov.br

Divulgado em 24 de setembro de 2025.

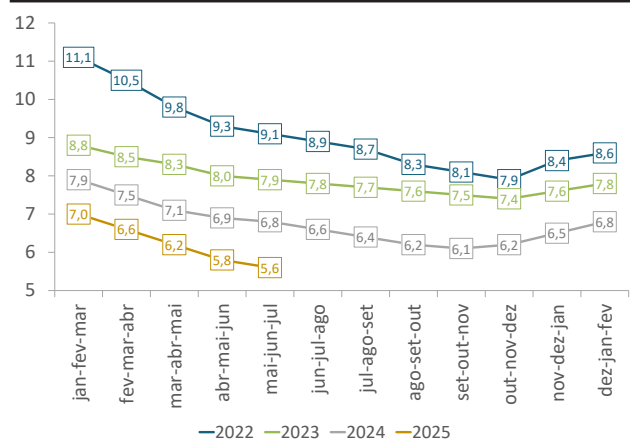
Esse enfraquecimento da oferta de mão de obra ocorre em paralelo com o crescimento da proporção de pessoas fora da força de trabalho que não manifestam intenção de retornar ao mercado, mesmo diante de condições de contratação mais favoráveis. Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2025, esse grupo já representava 85,6% do total. Este aumento pela opção à inatividade vem suscitando uma série de considerações a respeito das causas que têm levado a este cenário, o que motivou a realização de um box especial, em que se procurou realizar uma análise mais desagregada sobre a composição da população fora da força de trabalho no segundo trimestre de 2025.

Como esperado, diante de um quadro de oferta de mão de obra menos pujante, os rendimentos reais vêm registrando sucessivas altas ao longo dos últimos anos. Nota-se que, além de um mercado de trabalho mais apertado, a queda recente da inflação fez com que, no trimestre móvel encerrado em julho, os rendimentos médios reais habituais e efetivos atingissem, respectivamente, R\$ 3.884,00 e R\$ 3.513,00, com avanços interanuais de 3,8% e 3,1%. Esta combinação entre a expansão da população ocupada e o aumento de rendimentos reais vem possibilitando um crescimento bastante expressivo da massa salarial. No último trimestre, tanto a massa salarial real quanto a habitual registraram alta de 6,4%, contribuindo, positivamente, para a manutenção do consumo das famílias.

## 1 Aspectos gerais

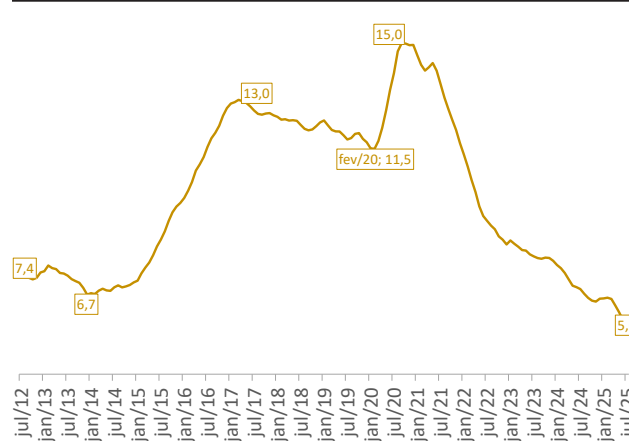
Os indicadores mais recentes confirmam a potência do mercado de trabalho brasileiro, com sucessivas ampliações da população ocupada. Esse desempenho, aliado à trajetória de queda da taxa de participação, vem resultando em taxas de desocupação historicamente reduzidas. No último trimestre móvel encerrado em julho, os dados da PNAD Contínua mostram que a taxa de desocupação foi de 5,6%, recuando 1,2 ponto percentual (p.p.) em relação ao mesmo período de 2024 (gráfico 1). Na série dessazonalizada, o indicador igualmente atingiu 5,6%, ou seja, o menor patamar da série histórica (gráfico 2).

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de desocupação: trimestres móveis**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

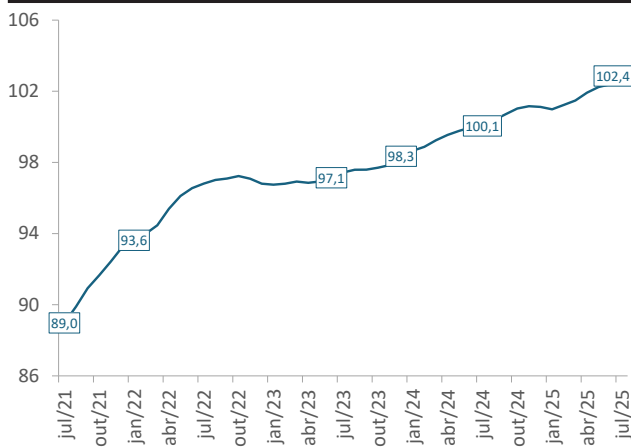
**GRÁFICO 2**  
**Taxa de desocupação dessazonalizada**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A decomposição da taxa de desocupação revela que o principal fator explicativo para esta trajetória de sucessivas quedas veio da forte expansão da população ocupada. Ainda segundo a PNAD Contínua, no trimestre maio-junho-julho de 2025, o número de ocupados na economia brasileira alcançou 102,4 milhões de pessoas, o que significa um crescimento de 2,4% na comparação interanual e estabilidade ante o trimestre imediatamente anterior (gráfico 3).

**GRÁFICO 3**  
**População ocupada: dados dessazonalizados**  
(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

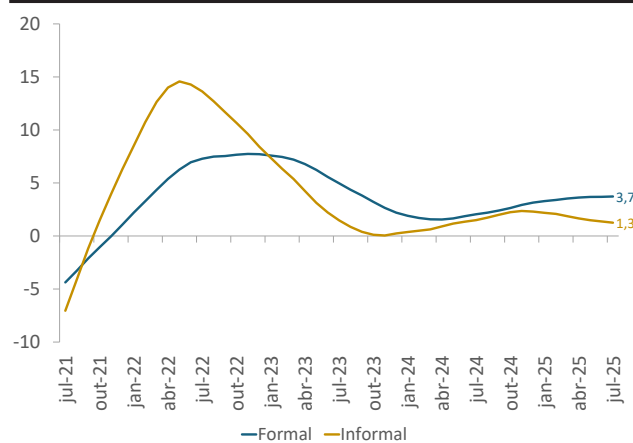
Os dados da ocupação abertos por vínculo revelam que grande parte desse aumento da população ocupada ocorre no setor formal. Nos últimos doze meses, encerrados em julho, enquanto o emprego formal cresceu 3,7%, na média, a taxa de expansão registrada pelo emprego informal <sup>1</sup>foi de 1,3% no período considerado (gráfico 4).

Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também sinalizam um cenário favorável para a ocupação formal no país, ainda que com sinais de desaceleração. De acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos doze meses, até julho de 2025, foram criadas 1,52 milhão de vagas formais (gráfico 5), o que significa uma redução em relação ao mesmo intervalo de 2024 (1,78 milhão). O estoque de trabalhadores com carteira assinada atingiu 46,0 milhões, alta de 3,2% em termos anuais.

Apesar dos avanços, o crescimento da força de trabalho permanece contido, especialmente na comparação com o período imediatamente anterior à pandemia. No último trimestre móvel, a força de trabalho no país era composta por 108,6 milhões de pessoas, registrando alta de 1,1% na comparação interanual e estabilidade na margem (gráfico 6).

Esse arrefecimento da força de trabalho vem sustentando uma taxa de participação estruturalmente mais baixa (gráfico 7). Por certo, no último trimestre móvel, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro era de 62,3%, levemente acima da registrada no mesmo período do ano anterior (62,1%). Dentro de um

**GRÁFICO 4**  
**Ocupação formal e informal: variação interanual**  
(Em %, média de doze meses)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Novo Caged: saldo de empregos formais acumulados em doze meses**  
(Em milhões de pessoas)

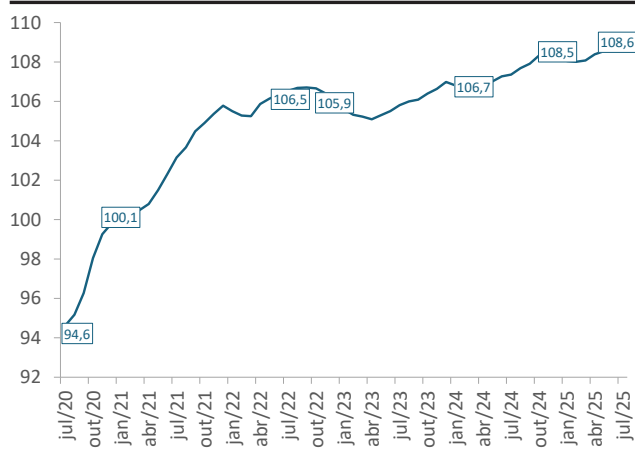


Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

1. Ocupação informal compreende o trabalhado sem carteira nos setores privado e público, o trabalho doméstico sem carteira, o empregador sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o trabalhador por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar.

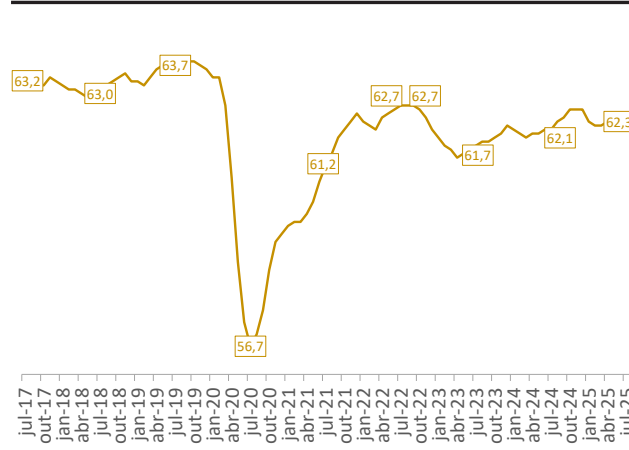
escopo de tempo maior, no entanto, observa-se que de janeiro de 2023 a julho de 2025, a taxa de participação média no país foi de 62,1%, abaixo, portanto, daquela observada nos dois últimos anos anteriores à pandemia (63,4%).

**GRÁFICO 6**  
**Força de trabalho: dados dessazonalizados**  
(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

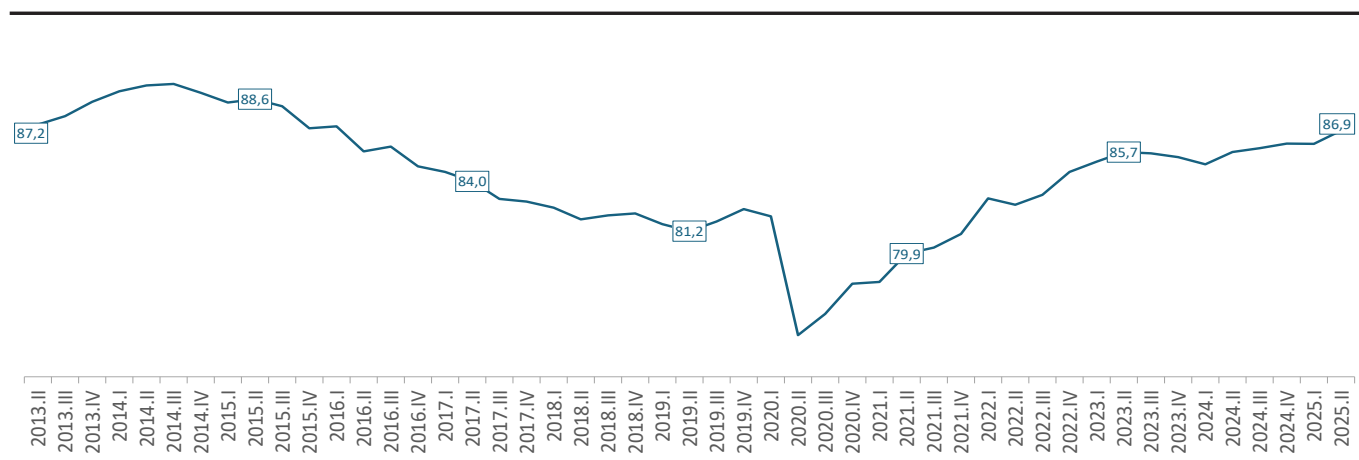
**GRÁFICO 7**  
**Taxa de participação dessazonalizada**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Disoc/Ipea.

Ainda em relação à perda de dinamismo da força de trabalho, outro aspecto que merece destaque diz respeito ao aumento da proporção de inativos que não retornariam ao mercado de trabalho mesmo diante de propostas consideradas vantajosas. No segundo trimestre de 2025, esse grupo correspondia a 86,9% dos inativos, restando apenas 13,1% com disposição para aceitar eventual oportunidade (gráfico 8). Esse fenômeno vem despertando uma série de debates a respeito das causas dessa maior disposição à inatividade, e motivou a construção do box especial disponibilizado adiante, que analisa a composição da população fora da força de trabalho no segundo trimestre de 2025.

**GRÁFICO 8**  
**Proporção de indivíduos fora da força de trabalho que não almejam retornar ao mercado de trabalho**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração dos autores.

## Box especial

### Perfil da população fora da força de trabalho no Brasil – 2º Trimestre de 2025

#### Introdução

Nos últimos trimestres, o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado resultados positivos, sobretudo no que diz respeito à queda da taxa de desemprego. Boa parte dessa melhora está relacionada à expansão da ocupação, porém há outro fator que merece destaque: o baixo dinamismo da taxa de participação. Em outras palavras, a queda do desemprego não decorre apenas da criação de postos de trabalho, mas também da menor entrada de indivíduos na força de trabalho.

De 2023 a 2025, a força de trabalho no país cresceu, em média, 0,8% ao ano – ritmo mais lento do que o observado nos dez trimestres anteriores à pandemia, quando a média foi de 1,2%. Além disso, vem aumentando a proporção de indivíduos em idade ativa que não desejam retornar ao mercado de trabalho, mesmo diante da disponibilidade de vagas. Esse contingente avançou de 85,7% para 86,9% nos últimos dois anos, sinalizando um fenômeno estrutural que precisa ser compreendido.

Desta forma, este box busca analisar o perfil da população fora da força de trabalho no segundo trimestre de 2025, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) trimestral. A investigação concentra-se nos motivos alegados pelos indivíduos para não trabalhar nem procurar emprego, a partir da variável VD4030 do questionário da pesquisa, a saber: cuidados com afazeres domésticos, filhos ou parentes; estudos; problemas de saúde ou gravidez; idade (muito jovem ou idoso para trabalhar); não querer trabalhar; entre outros motivos. Para uma melhor compreensão desta população fora da força de trabalho, este grupo de indivíduos foi segmentado por gênero, raça, idade e nível de escolaridade.

#### Resultados observados

De acordo com a tabela 1, nota-se que, no segundo trimestre de 2025, 64,2% desta população era composta por mulheres, 32,6% dos indivíduos tinham mais de 65 anos e mais de 60% se declaravam preto ou pardo. Já a abertura por instrução revela que quase metade deste grupo de pessoas não terminou nem o ensino fundamental. Por fim, 25,1% desta população estava fora da força de trabalho por conta da idade e 21,3% devido aos cuidados domésticos.

A partir do cruzamento destas características, obtém-se uma série de resultados que revelam nuances importantes. De modo geral, verifica-se que a inatividade não é apenas resultado de escolhas individuais, mas também de condicionantes sociais e estruturais. Inicialmente, nota-se que a baixa escolaridade ainda é um limitador central, com efeitos cumulativos ao longo da vida. Por certo, o gráfico 1 mostra que a parcela de trabalhadores fora da força de trabalho com ensino fundamental incompleto cresce à medida que o grupo analisado se torna mais idoso.

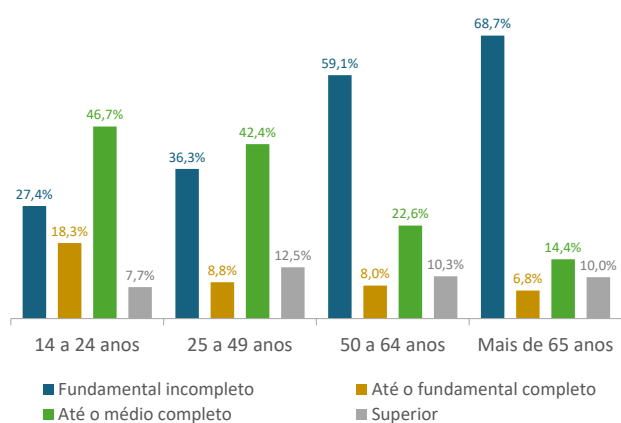
De modo semelhante, a relação entre gênero e divisão de tarefas revela que a sobrecarga feminina em afazeres domésticos continua sendo um obstáculo para a plena inserção no mercado de trabalho. Com efeito, segundo o gráfico 2, enquanto para o segmento feminino o principal motivo para estar fora da força de trabalho eram os cuidados da família (31,1%), para o gênero masculino esta parcela era de apenas 3,8%. Já para o grupo dos homens, a idade e os problemas de saúde foram apontados como os maiores fatores explicativos para a saída da força de trabalho.

**TABELA B1**  
**Composição da população fora da força de trabalho (2º trim./2025)**  
 (Em %)

Composição da população fora da força de trabalho no segundo trimestre de 2025	
Homem	35,8%
Mulher	64,2%
14 a 24 anos	23,0%
25 a 49 anos	22,4%
50 a 64 anos	22,0%
Mais de 65 anos	32,6%
Branca	38,4%
Preta	9,9%
Parda	50,6%
Amarela / indígena e demi	1,1%
Fundamental incompleto	49,9%
Até o fundamental completo	10,2%
Até o médio completo	29,9%
Superior	10,1%
Estudo	14,9%
Por opção	8,9%
Outros	11,0%
Saúde / gravidez	18,7%
Idade	25,1%
Cuidados	21,3%

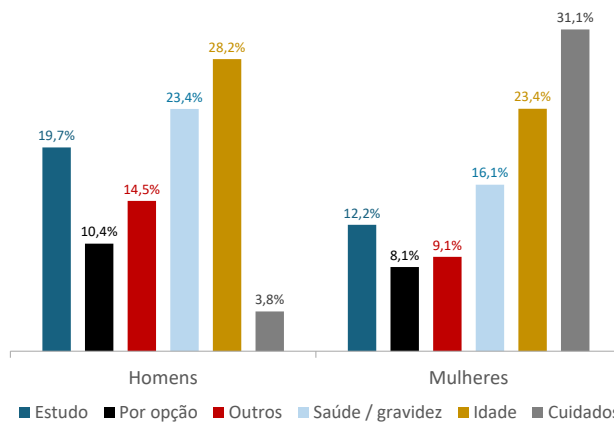
Fonte: PNAD Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

**GRÁFICO B1**  
**Nível de escolaridade por grupo etário**  
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO B2**  
**Participação dos motivos para a saída do mercado de trabalho para homens e mulheres**  
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda que os cruzamentos das variáveis selecionadas permitam a realização de múltiplas análises, o objetivo deste box é apresentar uma caracterização inicial da população fora da força de trabalho. Assim, serão ressaltados apenas alguns aspectos das relações observadas, organizados conforme as faixas etárias previamente definidas.

- 1) Jovens (14 a 24 anos)
  - a) 60,2% estão inativos por conta dos estudos;
  - b) 10,1% se mantêm fora da força de trabalho por conta de tarefas domésticas; e
  - c) Apesar de apresentarem a menor porcentagem entre todos os segmentos etários, ainda é alta a parcela de indivíduos com baixa escolaridade (27,4%).
- 2) Adultos I (25 a 49 anos)
  - a) O motivo mais recorrente para a inatividade é o cuidado com afazeres domésticos e familiares, apontado por 50,4% desse grupo;
  - b) A dimensão de gênero é evidente: 96,1% dos inativos nessa condição são mulheres;
  - c) Entre elas, 63,3% indicam os cuidados domésticos como razão para não buscar ocupação, enquanto entre os homens da mesma faixa etária o principal motivo são problemas de saúde (42,5%); e
  - d) No campo educacional, 36,3% desse grupo não concluiu o ensino fundamental.
- 3) Adultos II (50 a 64 anos)
  - a) Os principais motivos para estar fora do mercado de trabalho são os afazeres domésticos (26,5%) e a idade avançada (19,2%);
  - b) De modo semelhante ao grupo anterior, do total de indivíduos desta faixa que estão fora do mercado por afazeres domésticos, 92,3% são mulheres; e
  - c) O percentual de baixa escolaridade aumenta: 59,1% não completaram o ensino fundamental.
- 4) Idosos (65 anos ou mais)
  - a) O fator predominante para a inatividade é a idade avançada, apontada por 56,8% dos indivíduos;
  - b) Apesar da idade mais avançada, o percentual de indivíduos deste segmento que estão fora do mercado de trabalho por conta de problemas de saúde é de 17,3%, abaixo, portanto, do observado nos dois níveis etários anteriores; e
  - c) Quase 68,7% desse público não completou o ensino fundamental.

### Considerações finais

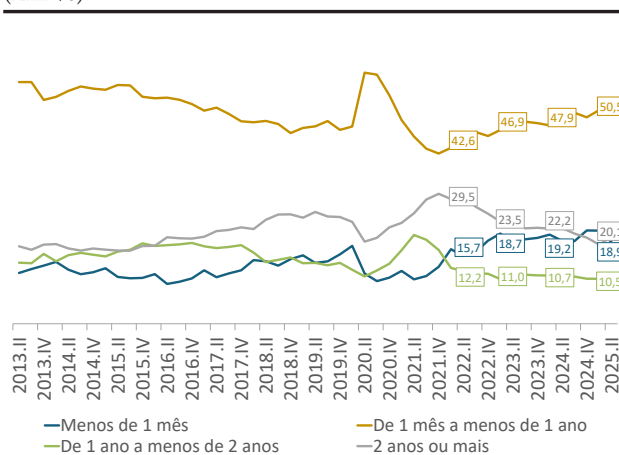
A análise da PNAD Contínua mostra que a população fora da força de trabalho no Brasil em 2025 é heterogênea, mas marcada por três grandes eixos: i) jovens dedicados aos estudos; ii) adultos, sobretudo mulheres, sobrecarregadas com afazeres domésticos; e iii) trabalhadores mais velhos, afastados por idade ou por problemas de saúde.

Essas dimensões exigem respostas diferenciadas de política pública: ampliação da educação e da formação profissional para jovens; políticas de conciliação entre trabalho e família (como creches e licença parental) para mulheres; e estratégias de saúde, requalificação e adaptação do ambiente de trabalho para os mais velhos.

Em síntese, compreender quem são e por que motivos os brasileiros permanecem fora da força de trabalho é essencial para projetar um mercado de trabalho mais inclusivo, dinâmico e capaz de sustentar o crescimento econômico no longo prazo.

Observa-se, ainda, que a elevação da parcela de indivíduos que não desejam ingressar ou retornar ao mercado de trabalho ocorre mesmo em um contexto de maior demanda por mão de obra, evidenciado por uma queda da subocupação, pela redução dos requisitos de contratação e pela oferta de salários mais atrativos. Em relação à subocupação, nota-se que, no trimestre encerrado em julho de 2025, a parcela de trabalhadores ocupados que desejam trabalhar mais de quarenta horas semanais era de 4,4%, abaixo, portanto, da apontada no mesmo período do ano anterior (4,9%). Assim como a retração da subocupação, houve recuo do tempo de permanência no desemprego. Entre o segundo trimestre de 2023 e o de 2025, a proporção de desocupados que estavam nesta situação há mais de um ano passou de 34,5% para 30,6% (gráfico 9).

GRÁFICO 9  
PNAD Contínua: desocupados por tempo de procura (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, este cenário de demanda por mão de obra em ritmo acima da oferta vem gerando uma pressão sobre os salários nominais, que conjugada à recente queda da inflação vem possibilitando uma expansão mais forte dos rendimentos reais. De acordo com a PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em julho, os rendimentos médios reais habituais e efetivos alcançaram R\$ 3.884,00 e R\$ 3.513,00, registrando aumentos interanuais de 3,8% e 3,1%, respectivamente. A conjugação entre a expansão da população ocupada e a elevação dos rendimentos reais tem sustentado um avanço expressivo da massa salarial. No mesmo período, tanto a massa real quanto a habitual cresceu 6,4%,<sup>2</sup> configurando-se um importante fator de suporte à continuidade do consumo das famílias.

## 2 Análise desagregada da desocupação

Os dados desagregados, extraídos da PNAD Contínua trimestral, mostram que, no segundo trimestre de 2025, todos os segmentos pesquisados apresentaram recuo da taxa de desocupação, tanto na margem quanto na comparação interanual (tabela 1). Na abertura regional, embora em termos absolutos a maior queda tenha ocorrido nas regiões Norte (-1,7 p.p.) e Nordeste (-1,6 p.p.), em termos relativos os maiores recuos ocorreram no Sul (-0,6 p.p.) e no Sudeste (-1,3 p.p.). Com a incorporação dos resultados do segundo trimestre, a região Nordeste é a que apresenta a maior taxa de desocupação entre todas as regiões brasileiras (8,2%), ao passo que a região Sul (3,6%) segue registrando a menor taxa de desocupação do país. O recorte por gênero revela que a queda interanual do desemprego, no segundo trimestre, foi mais significativa entre o sexo feminino, tendo em vista que enquanto a desocupação entre os homens recuou de 5,6% para 4,8%, a das mulheres caiu de 8,6% para 6,9%.

2. Para maiores detalhes, ver a seção de rendimentos da *Carta de Conjuntura* nº 66.

TABELA 1  
Taxa de desemprego  
(Em %)

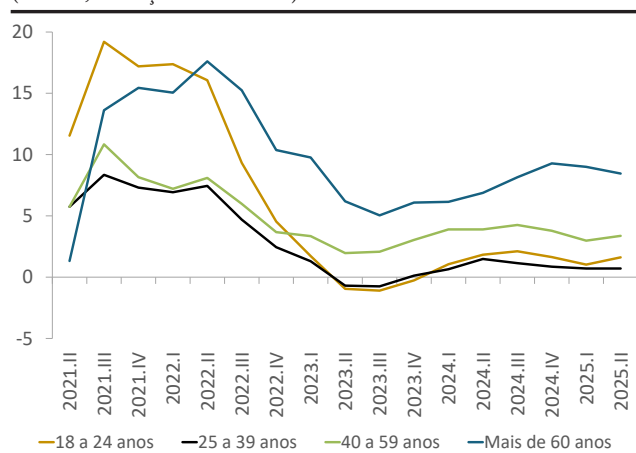
	2023			2024				2025	
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	8,0	7,7	7,4	7,9	6,9	6,4	6,2	7,0	5,8
Centro Oeste	5,7	5,5	5,8	6,1	5,4	4,9	5,0	5,4	4,6
Nordeste	11,3	10,8	10,4	11,1	9,4	8,7	8,6	9,8	8,2
Norte	8,1	7,7	7,7	8,2	6,9	6,6	6,9	8,2	6,5
Sudeste	7,9	7,5	7,1	7,6	6,6	6,2	5,9	6,6	5,3
Sul	4,7	4,6	4,5	4,9	4,7	4,1	3,6	4,2	3,6
Masculino	6,9	6,4	6,0	6,5	5,6	5,3	5,1	5,7	4,8
Feminino	9,6	9,3	9,2	9,8	8,6	7,7	7,6	8,7	6,9
18 a 24 anos	16,6	16,0	15,3	16,8	14,3	13,4	12,9	14,9	12,0
25 a 39 anos	7,4	7,0	6,9	7,3	6,3	5,9	5,8	6,5	5,5
40 a 59 anos	5,3	5,1	4,9	5,2	4,6	4,1	4,0	4,7	3,9
Mais de 60 anos	3,4	3,2	3,5	3,2	3,1	3,0	3,0	3,1	2,3
Fundamental Incompleto	7,8	7,7	7,7	7,6	6,9	6,2	6,4	6,7	5,4
Fundamental Completo	9,6	9,9	9,3	9,2	8,2	8,0	7,4	7,9	6,4
Médio Incompleto	13,6	13,5	13,0	13,9	11,5	10,8	10,3	11,4	9,4
Médio Completo	9,2	8,6	8,0	8,9	7,8	7,1	6,8	8,0	6,8
Superior	4,9	4,6	4,5	5,2	4,4	4,1	3,9	4,7	3,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A abertura por idade mostra que, embora a taxa de desocupação dos trabalhadores mais jovens tenha registrado queda de 2,3 p.p., na comparação interanual, a taxa de 12,0%, apurada no segundo trimestre de 2025, ainda se encontra em patamar bem acima das demais faixas etárias. Deve-se registrar, também, que embora este segmento tenha apresentado uma taxa de crescimento interanual da ocupação de 1,6%, no primeiro trimestre (gráfico 10), parte do recuo da desocupação também se deve à queda de 0,9% observada na força de trabalho deste grupo (gráfico 11). Em contrapartida, a queda da desocupação para as duas faixas etárias mais altas é decorrente de uma expansão da ocupação em ritmo superior ao registrado pela força de trabalho. Por certo, mesmo diante de um aumento de 7,6% da força de trabalho, a taxa de desocupação dos trabalhadores mais idosos recuou no segundo trimestre, beneficiada pelo forte crescimento da ocupação (8,5%).

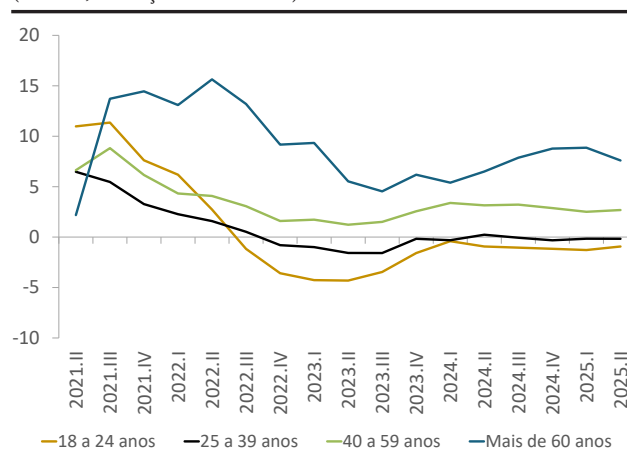
GRÁFICO 10  
População ocupada, por faixa etária  
(Em %, variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11  
População economicamente ativa, por faixa etária  
(Em %, variação interanual)

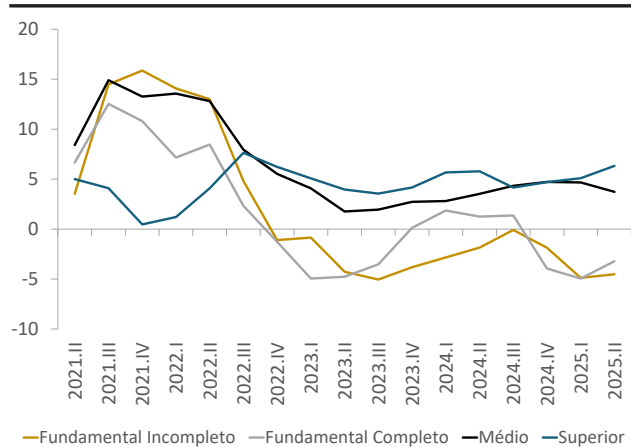


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

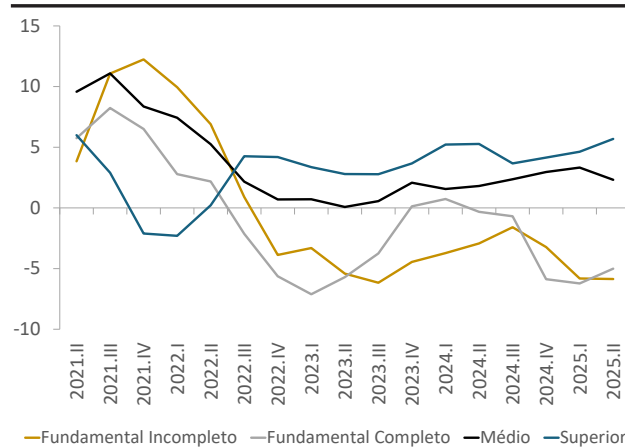
Já a desagregação por nível educacional revela que a desocupação dos trabalhadores com ensino médio incompleto segue sendo a mais alta (9,4%) entre todos os segmentos, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (3,8%). Ainda de acordo com os microdados da PNAD Contínua, nos segmentos menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação é explicado muito mais pela perda de dinamismo da força de trabalho do que pela expansão da ocupação. Em contrapartida, apesar de registrar respectivos avanços de 3,7% e 6,3% da população ocupada (gráfico 12), a queda da desocupação entre os trabalhadores com ensino médio e ensino superior foi atenuada pelas altas de 2,3% e 5,7% observadas em suas forças de trabalho (gráfico 13).

**GRÁFICO 12**  
**População ocupada, por grau de instrução**  
(Em %, variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 13**  
**População economicamente ativa, por grau de instrução**  
(Em %, variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3. Emprego setorial

A tabela 2 apresenta a evolução da taxa de crescimento interanual do emprego por setor da atividade econômica, com base nos dados da PNAD Contínua, no período do terceiro trimestre de 2022 ao segundo trimestre de 2025. A última coluna da tabela mostra que a evolução positiva do emprego entre os segundos trimestres de 2025 e de 2024 predomina entre os diversos setores da economia: dos treze segmentos analisados, nove registraram melhora no emprego no segundo trimestre de 2025 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os destaques positivos, o setor de transporte passou de uma taxa de crescimento anual da ocupação de 4,4% no primeiro trimestre para uma taxa de crescimento de 5,9% no segundo trimestre de 2025. Já a indústria de transformação passou de uma taxa de crescimento anual de 3,5% no primeiro trimestre para uma de 4,2% no segundo trimestre de 2025.<sup>3</sup> A construção civil, por sua vez, observou a maior diminuição na taxa de crescimento interanual entre os setores analisados, passando de crescimento positivo de 1,2% para crescimento negativo de 0,7%, na comparação com o trimestre anterior. Em termos absolutos, o setor de comércio liderou a criação de empregos nos últimos doze meses, adicionando aproximadamente 561 mil trabalhadores entre os segundos trimestres de 2024 e 2025. Na sequência, o setor de saúde e educação registrou aumento da ocupação em aproximadamente 539 mil pessoas no mesmo período; seguido pelo setor de informática, serviços financeiros e serviços prestados a empresas.

3. A indústria extrativa e os serviços de utilidade pública (SIUP) apresentaram acelerações ainda maiores nas taxas de crescimento anuais entre o 1º e o 2º trimestres de 2025. Porém há que se considerar que o menor tamanho da força de trabalho nesses setores (conforme atestado na tabela 3) tendem a facilitar variações mais bruscas nas respectivas taxas de crescimento do emprego.

A ocupação na agropecuária registrou um decréscimo de -2,6% no segundo trimestre de 2025, a menor taxa interanual de crescimento entre os setores analisados. Além disso, este setor registrou a décima terceira taxa interanual de crescimento negativa da população ocupada consecutiva, conforme evidenciado na tabela 2. Vale também mencionar que em doze desses mesmos treze trimestres a Agricultura teve a menor taxa de crescimento anual entre os setores analisados. No trimestre atual os únicos outros setores com crescimento negativo foram a Construção Civil, o setor de Serviços Domésticos e o de Alojamento e Alimentação.

TABELA 2  
**População ocupada por setores de atividade econômica: variação interanual (3º trim. 2022 - 2º trim. 2025)**  
 (Em %)

	2023			2024				2025	
	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.
Agricultura	-5,0	-3,8	-6,1	-3,7	-4,3	-4,8	-2,4	-4,2	-2,6
Indústria extrativa	2,5	12,4	6,6	12,9	4,8	4,5	4,0	5,1	10,7
Indústria de transformação	0,5	-1,5	0,6	2,0	1,4	5,2	3,1	3,5	4,2
Siup	-2,3	9,3	3,9	2,9	-2,5	2,8	2,8	0,2	10,9
Construção civil	-4,7	-2,5	0,8	2,9	4,9	3,8	5,4	1,2	-0,7
Comércio	-0,8	-1,5	-0,2	0,6	2,6	3,4	3,0	3,1	3,0
Informática, financeira, serviços a empresas	2,9	5,1	5,3	5,5	7,5	5,1	3,7	4,0	3,8
Transporte	4,3	4,3	6,6	5,9	7,3	4,5	5,1	4,4	5,9
Serviços pessoais	2,5	-4,4	2,2	4,5	5,7	8,2	1,6	3,1	2,2
Administração pública	1,6	-3,6	-3,0	0,6	0,5	3,4	4,5	3,1	2,8
Saúde e educação	5,8	7,1	4,8	4,3	5,2	3,7	3,7	4,5	4,1
Alojamento e alimentação	1,1	3,7	3,3	1,8	0,4	0,0	4,1	1,0	-0,5
Serviços domésticos	-0,4	-1,5	3,3	3,5	0,1	1,4	-1,8	-3,6	-1,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
 Elaboração dos autores.

A análise da tabela 3 revela que o crescimento nos setores com maior expansão da população ocupada foi impulsionado principalmente pelo emprego com carteira assinada. De fato, a tabela 3 mostra que — com exceção dos setores de Agropecuária, Indústria Extrativa e os SIUPs — a taxa de crescimento anual do emprego com carteira supera o crescimento anual do emprego sem carteira assinada em todos os demais setores.

TABELA 3  
**População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (2º trim. 2025)**  
 (Em %)

	Novo Caged	PNAD Contínua		
	Assalariado (com carteira)	Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	2,2	-5,2	-4,7	0,9
Indústria extrativa	2,1	8,6	15,3	45,1
Indústria de transformação	3,5	6,2	4,3	-2,1
Siup	3	11,8	23	-35
Construção civil	4,7	-0,7	-2,4	-0,4
Comércio	3,6	4,9	-0,7	2,9
Informática, finanças, serviços a empresas	5,3	2,1	1,6	8,8
Transporte	4,3	4,5	2,5	8,5
Serviços pessoais	6,6	0,2	-3,8	4
Administração pública	0	4,7	-3,1	-
Saúde e educação	2,1	3,9	2,5	11,3
Alojamento e alimentação	4,7	2,4	1,1	-3,2
Serviços domésticos	-	-1,2	-1,6	-
<b>Total</b>	<b>3,3</b>	<b>3,7</b>	<b>-0,5</b>	<b>3,1</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração dos autores.

A diferença na intensidade do crescimento do emprego sem carteira em relação ao formal é particularmente marcante em alguns setores importantes. No Comércio, os valores foram de 4,9% para o emprego com carteira

e 0,7% para os sem carteira, enquanto na Indústria de Transformação os valores foram de 6,2% e de 4,3%, respectivamente. O diferencial observado nesses setores só foi superado pela Administração Pública, com crescimento de 4,7% nos assalariados com carteira e decréscimo de 3,8% nos sem carteira. Mesmo na construção civil onde já mencionamos ter havido um decréscimo no emprego com carteira assinada, o decréscimo foi ainda maior para o emprego sem carteira assinada nesse setor. Reforçando a dinâmica descrita para o emprego formal por setores de atividade, os dados do Novo Caged (primeira coluna) demonstram que não houve decréscimo no emprego formal em nenhum dos setores analisados, com os destaques positivos ficando a cargo dos setores dos serviços pessoais (6,6%), informática e serviços a empresas (7,6%) alojamento e alimentação (4,7%) e Construção Civil (4,7%).

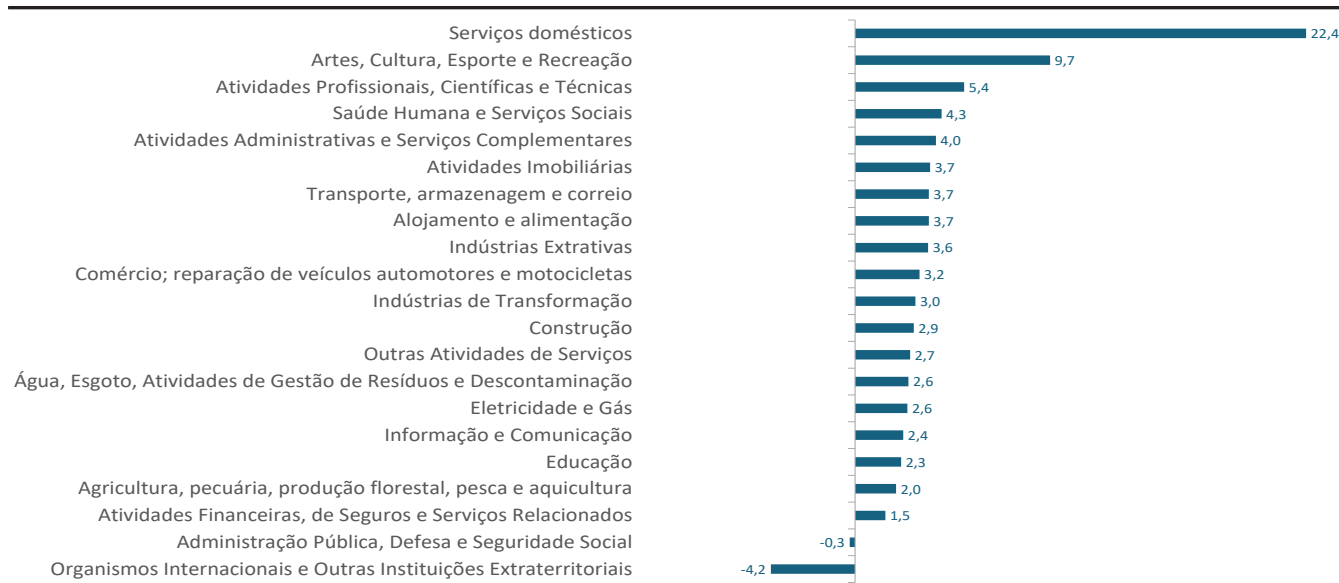
Numa outra dimensão de comparação entre ocupações, vale destacar que as taxas de crescimento anual em ocupações por conta própria superam as do emprego formal em diversos segmentos dos serviços. Esse fenômeno ocorre nos segmentos de serviços prestados as empresas, serviços de transportes, serviços pessoais, e em saúde e educação. Por fim, observamos que, no agregado, a taxa de crescimento dos empregados formais (3,7%) foi significativamente superior à dos trabalhadores sem carteira (-0,5%) e superior aos trabalhadores conta própria (3,1%).

Em relação aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, houve uma expansão do emprego com carteira no setor privado de 3,2%, nos últimos doze meses, encerrados em junho de 2025, o que vem ocorrendo em praticamente todos os segmentos pesquisados. Segundo o Novo Caged, os setores com maior crescimento relativo no período (gráfico 14) foram os serviços domésticos (22,4%), os serviços ligados a artes, cultura, esporte e recreação (9,7%), os serviços técnicos (5,4%) e os serviços ligados à saúde humana e serviços sociais (4,3%). Já em termos absolutos, os segmentos que mais criaram postos formais no período foram: comércio (331,2 mil), indústria de transformação (242,1 mil), atividades administrativas (224,4 mil) e serviços ligados à saúde humana e serviços sociais (132,2 mil).

GRÁFICO 14

**Novo Caged: saldos acumulados em doze meses como proporção do estoque**

(Em %)



Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

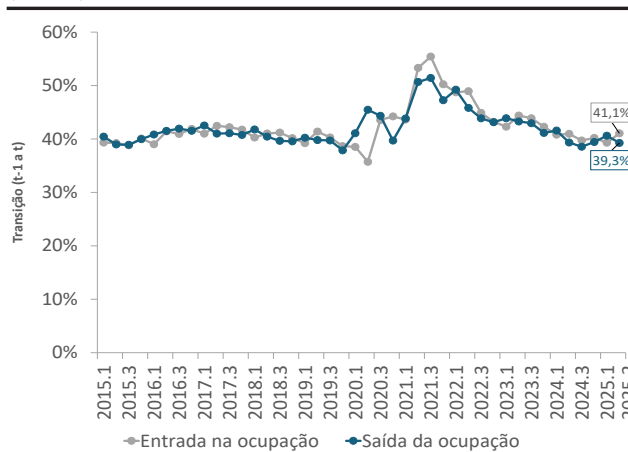
## 4 Análise dos fluxos de ocupação e desocupação

Uma análise mais detalhada do mercado de trabalho pode ser alcançada ao examinar a evolução das transições entre diferentes posições ocupacionais dos indivíduos, complementando a análise tradicional da evolução dos estoques. Para isso, recorreremos aos microdados da PNAD Contínua, cuja estrutura prevê que domicílios e seus moradores sejam entrevistados cinco vezes ao longo de um ano, com intervalos de três meses entre cada entrevista. Assim, a comparação da informação fornecida em duas entrevistas permite quantificar as transições individuais entre diferentes posições ocupadas no período.<sup>4</sup>

O gráfico 15 apresenta os fluxos de entrada e saída na ocupação total<sup>5</sup> do país, normalizados pela população ocupada estimada no trimestre anterior, a partir dos dados da PNAD Contínua. A diferença entre as duas linhas representa o crescimento percentual da população ocupada no trimestre. Os dados indicam uma reversão de sinal no crescimento líquido da população ocupada que passou a registrar um aumento de 1,8 p.p no segundo trimestre de 2025 em comparação a uma queda de 0,7 p.p. no trimestre anterior.<sup>6</sup> Essa reversão de sinal foi obtida tanto pela redução de 1,3 p.p. no fluxo de saída da ocupação — de 40,6% para 39,3% — como pelo aumento de 1,8 p.p no fluxo de entrada (de 39,3% para 41,1%). Vale dizer que os valores registrados no segundo trimestre de 2025 são ligeiramente mais favoráveis, tanto para a entrada como para a saída, do que os registrados para o segundo trimestre de 2024.

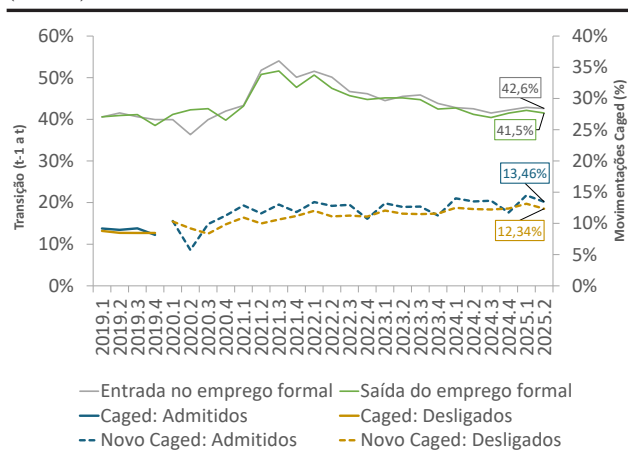
De forma equivalente, o gráfico 16 apresenta os fluxos de entrada e saída para o emprego formal.<sup>7</sup> De acordo com os dados da PNAD Contínua, tanto o fluxo de entrada quanto o de saída da formalidade apresentaram queda entre o primeiro e o segundo trimestre de 2025. O fluxo de entrada caiu 0,3 p.p., passando de 42,9% para 42,6%, enquanto o fluxo de saída recuou 0,6 p.p., de 42,1% para 41,5%. Como a redução nas saídas foi mais intensa que a das entradas, o saldo líquido de pessoas com emprego formal se ampliou ligeiramente, indicando resiliência no processo de formalização dos postos de emprego.

GRÁFICO 15  
Fluxos de saída e entrada para ocupação (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 16  
Fluxos de saída e entrada para empregados formais<sup>1</sup> (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> Embora os dados do Novo Caged sejam disponibilizados em bases mensais, optamos por reportar as movimentações acumuladas em trimestres para facilitar a comparação com os dados da PNAD Contínua.

4. Vale dizer que o IBGE disponibiliza apenas um código identificador do domicílio, de forma que, para seguir a sequência de entrevistas de um mesmo indivíduo, foram usados também o gênero e a data de nascimento dos entrevistados.

5. Além disso, foi calculado o saldo da soma de todas as variações no peso amostral dos indivíduos que permaneceram ocupados de um trimestre para o outro. Quando esse saldo no trimestre é positivo, é acrescido na série das entradas; quando negativo, na série das saídas.

6. Note que o resultado negativo para o crescimento líquido da ocupação no 1º trimestre sendo revertido para um aumento no 2º trimestre padrão no período analisado, tendo como única exceção o período do início da pandemia no ano de 2020.

7. A definição de emprego formal utilizada no texto se refere a trabalhadores domésticos, públicos ou privados que possuem carteira assinada, além de militares e estatutários.

O gráfico 16 também apresenta dados do Novo Caged (linhas pontilhadas), que mostram um padrão semelhante ao observado na PNAD Contínua para o emprego formal. Na PNAD Contínua, o fluxo de entrada apresentou uma leve queda, enquanto o fluxo de saída recuou de forma mais intensa, resultando em um saldo líquido positivo. No Novo Caged, embora o padrão seja parecido, os fluxos de entradas e saídas diferiram em magnitude: o fluxo de entradas no segundo trimestre de 2025 foi de 13,46%, superando o fluxo de saída (12,34%), o que gerou um saldo trimestral de -1,11 p.p. Vale destacar que essas diferenças de magnitude em relação à PNAD Contínua refletem as distintas metodologias de coleta de dados entre as duas pesquisas.

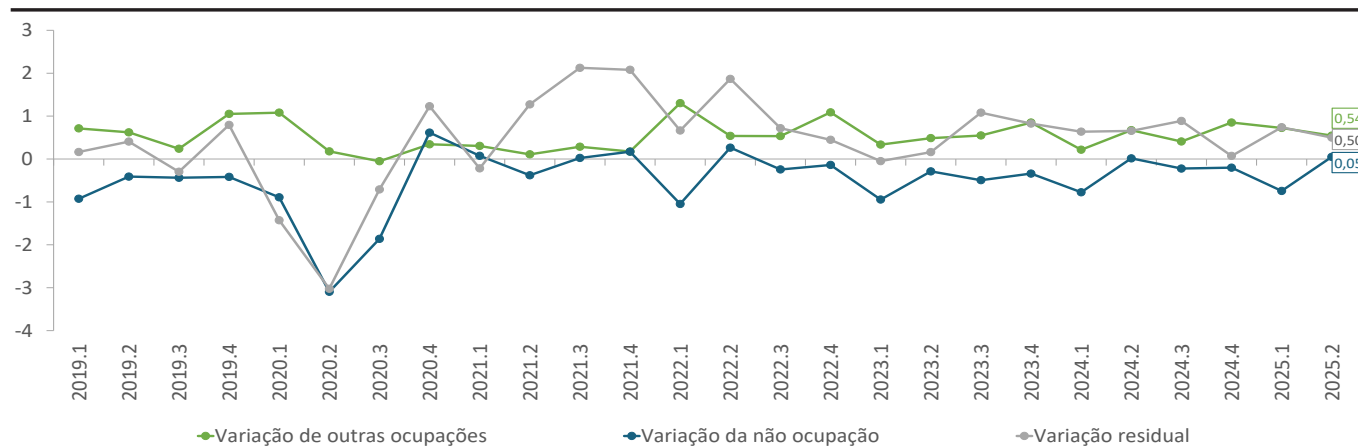
Os fluxos de entrada e saída do emprego formal podem ser decompostos para uma compreensão mais detalhada das respectivas variações.

O gráfico 17 decompõe a variação da ocupação em três componentes:

- 1) **Variação derivada dos fluxos entre o emprego formal e outras ocupações:** representa o saldo das transições de outras ocupações (empregado sem carteira assinada, empregador ou conta-própria) para o emprego formal, bem como das saídas do emprego formal para outras ocupações.
- 2) **Variação derivada dos fluxos entre o emprego formal e a não ocupação:** representa o saldo das transições da não ocupação (inatividade ou desemprego) para o emprego formal, bem como das saídas do emprego formal para a não ocupação.
- 3) **Variação residual:** refere-se às transições de indivíduos que entram e saem da amostra ou às variações no peso amostral.

O gráfico 17 mostra que o componente dos fluxos de trabalhadores envolvendo o emprego formal e outras ocupações registra a maior contribuição para o crescimento do emprego formal no segundo trimestre de 2025; sendo responsável por um aumento de 0,54 p.p. Vale destacar também o crescimento recente do componente envolvendo o emprego formal e a não ocupação, que havia registrado -0,74 p.p. no primeiro trimestre e passou a registrar 0,05 p.p. no segundo trimestre de 2025. Vale registrar que poucas vezes atingiu marcas positivas no período ilustrado no gráfico.<sup>8</sup>

GRÁFICO 17  
**Decomposição da variação trimestral do emprego formal (1º trim 2019 – 2º trim. 2025)**  
 (Em p.p.)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração dos autores.

8. Também vale o registro de que as marcas positivas tendem a se concentrar em segundos trimestres, sugerindo a influência de algum fator sazonal.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Equipe de Assistentes:**

Marcelo Guedes Peclý  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe Administrativa:**

Aline Conceição Santos  
Carla Nunes Menezes  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---